



O ENEM NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

Telma Lima de SOUZA¹; Rogério RODRIGUES²

RESUMO

Esse trabalho versa sobre a concepção do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e suas principais transformações, levando em consideração sua atuação como política pública educacional. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, cujas fontes utilizadas foram publicações oficiais, além de textos científicos sobre o assunto. Esse exame sofreu diversas alterações, desde política de avaliação à política de *accountability* escolar, incentivando a classificação e incorporando a exclusão aos seus resultados.

INTRODUÇÃO

Esse trabalho versa sobre o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e suas particularidades, especificamente sobre sua concepção e as principais transformações sofridas ao longo de sua existência, levando em consideração sua atuação como política pública educacional.

O ENEM é um exame individual, de caráter voluntário, sendo aplicado anualmente para mais de 6 milhões de brasileiros, egressos e concluintes do ensino médio. Essa prova, que passa por diversas alterações na sua função avaliativa, está entre as maiores avaliações de larga escala do mundo.

Desde sua implantação, o ENEM tem ganhado grande relevância no cenário educacional, recebendo várias funções, além de sua pretensão original de mensurar a capacidade de raciocínio, a habilidade para resolver problemas e as competências gerais do aluno. Atualmente, entre os objetivos explícitos do ENEM, o exame serve

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – Câmpus Inconfidentes. Inconfidentes/MG - E-mail: telma.souza@ifsuldeminas.edu.br

² Universidade Federal de Itajubá. Itajubá/g – E-mail: rrunifei@hotmail.com

de critério e pré-requisito para participação em diversos programas do governo. Além disso, no momento, o ENEM contribui para a política de *accountability*³ escolar, como um indicador de qualidade na educação, uma vez que possibilita a comparação entre as escolas por meio da publicação de suas notas.

Com o propósito de se alcançar a melhoria da qualidade da educação, criam-se políticas públicas, como os sistemas de avaliação, no qual o ENEM se enquadra desde sua criação. No entanto, no decorrer do processo de globalização da economia, a qualidade da educação vem sendo relacionada à conquista de mercado e os indicadores de qualidade na educação vêm ganhando força devido à ideia de que existe uma relação entre produtividade econômica e educação, baseada na teoria de capital humano.

Dessa forma, esse trabalho se justifica pela importância do ENEM como política pública educacional, que sofreu diversas alterações e acréscimos, desde política de avaliação voltada para a aferição da aprendizagem do educando à política de *accountability* escolar, que responsabiliza as instituições de ensino pelos resultados dos alunos. Sendo assim, questiona-se o que determinou essas transformações na funcionalidade do ENEM do ponto de vista das políticas públicas? Acredita-se que essas transformações ocorreram devido às modificações nos documentos básicos do governo voltados para a educação, atreladas às necessidades do capital.

Por isso, esse estudo busca entender as mudanças ocorridas nos documentos oficiais que fundamentam o ENEM, assim como a influência do capital para que essas mudanças acontecessem, e provocaram as transformações na função desse exame.

MATERIAL E MÉTODOS

Para compreender a problemática imposta, foi realizada uma pesquisa bibliográfica cujas fontes utilizadas foram publicações oficiais disponibilizadas em sites do governo, além de textos científicos sobre o assunto, disponíveis na base de dados bibliográfica Scientific Electronic Library On-Line (SciELO). Foram realizadas diversas leituras do material selecionado, a fim de obter as informações necessárias.

³ Políticas de responsabilização ou políticas de *accountability* são políticas nas quais publicam as informações referentes ao trabalho das escolas e consideram os gestores e funcionários dessas instituições corresponsáveis pelo resultado de desempenho alcançado por elas (BROOKE, 2006).

As atividades de leitura foram divididas sequencialmente em: leitura de reconhecimento do material bibliográfico, leitura exploratória, leitura seletiva, leitura reflexiva e leitura interpretativa, procurando analisar as modificações ocorridas nos documentos oficiais, que acarretaram as transformações na funcionalidade do ENEM, e relacioná-las ao contexto que influenciou essas modificações.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Brasil, na década de 90, reestruturou seu sistema de ensino devido aos resultados da globalização e a demanda internacional (BRASIL, 2007). Assim, segundo Zanchet (2003), voltado para essa necessidade, ocorreram mudanças no campo educacional, levando em consideração o texto da Constituição Federal, sendo que um dos efeitos foi a promulgação de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). A Constituição Federal de 1998, em seu artigo 209, inciso II, declara caber ao poder público a avaliação de qualidade, sendo que esse preceito se repete na nova LDB, como segue:

A União incumbir-se-á de assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino. (BRASIL, 1996, art. 9º, VI)

A LDB de 1996 fundamentou a criação do ENEM, que tinha como objetivo inicial possibilitar a auto avaliação para todos os estudantes concluintes do ensino médio, o desempenho amostral desses estudantes e egressos da educação básica, além de avaliar a qualidade dessa educação. Dessa forma, através dos resultados, poderiam ser criadas políticas públicas para a melhoria do Ensino Médio, embora esse propósito não estivesse explícito a princípio (CASTRO, 2000).

Assim, o ENEM foi criado através da portaria Ministerial n º 438 de 28 de maio de 1998, na qual, em seu artigo 1º, declara:

Art. 1º Instituir o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, como procedimento de avaliação do desempenho do aluno, tendo por objetivos:

I – conferir ao cidadão parâmetro para autoavaliação, com vistas à continuidade de sua formação e à sua inserção no mercado de trabalho;

II – criar referência nacional para os egressos de qualquer das modalidades do ensino médio;

III – fornecer subsídios às diferentes modalidades de acesso à educação superior;

Surge num contexto mundial de acreditação das avaliações, projetado com foco no aluno, já que enfatiza a auto avaliação. Apostava-se, assim, em agir diretamente sobre os estudantes e, como consequência, influenciar os outros níveis do sistema educacional. Segundo o Informativo do ENEM (BRASIL, 2005, p.18)

O Enem faz uma inversão necessária na pirâmide das políticas educacionais. Ao invés de agir no sistema, para que este tenha resultados no indivíduo, trabalha no indivíduo e gera consequências no sistema. (BRASIL, 2005, p.18)

Inicialmente, esse exame tinha, como objetivo fundamental, a avaliação das competências exigidas para o pleno exercício da cidadania, o que pode ser observado na Portaria nº 110, de 04 de dezembro de 2002, a seguir:

Art. 2º Constituem objetivos do ENEM:

I – oferecer uma referência para que cada cidadão possa proceder à sua autoavaliação com vistas às suas escolhas futuras, tanto em relação ao mercado de trabalho quanto em relação à continuidade de estudos;

II – estruturar uma avaliação da educação básica que sirva como modalidade alternativa ou complementar aos processos de seleção nos diferentes setores do mercado de trabalho;

III – estruturar uma avaliação da educação básica que sirva como modalidade alternativa ou complementar aos exames de acesso aos cursos profissionalizantes pós-médios e ao Ensino Superior.

Desde sua concepção inicial, o exame coloca como principal objetivo a avaliação do desempenho do aluno ao concluir o ensino básico. Porém, pode-se observar também que o exame propunha uma referência para o mesmo planejar seu futuro, além da prova servir como modalidade alternativa ou complementar às formas de ingresso aos cursos.

Até o ano de 2005, somente o próprio participante tinha acesso ao resultado, que o obtinha por meio de correspondência endereçada ao mesmo. O candidato recebia um boletim que discriminava seu desempenho por competências avaliadas na prova. Em 2006, os desempenhos das instituições escolares passaram a ser avaliadas através da divulgação, pelo INEP, das notas dos participantes por escolas. Essa divulgação de resultados acarreta o ranking das instituições, vista como uma consequência da política de responsabilização (*accountability*), que o ENEM passa a adotar. As políticas de responsabilização referem-se a uma educação voltada

originalmente para o mercado, embasadas por princípios econômicos como a liberdade empreendedora (da escola), a livre escolha do cliente (os pais) e a contenção de recursos. A prestação de contas do que fazem, de como fazem e dos resultados obtidos seria uma maneira de aperfeiçoar a qualidade do trabalho realizado nas escolas. (TRAVITZK, 2013)

Segundo Brook (2006), a política de responsabilização é uma estratégia da política educacional para a distribuição de recursos. O Estado passa a praticar uma avaliação que organiza suas políticas de repartição financeira, sob forma de orçamento ou por meio de premiações e incentivos, com base em resultados de testes de rendimento e qualificação de produtos (SOBRINHO, 2003).

Além disso, o interesse do Estado é que a avaliação dessa política gera competição, que por sua vez, gera qualidade. Nessa perspectiva, o Estado adota a função de instigar a produção dessa qualidade. No entanto, as políticas educacionais, ao incentivarem a realização da comparação, classificação e seleção, incorporam a exclusão aos seus resultados, o que não garante à educação como direito de todos (SOUZA, 2003). Afinal, a avaliação, como instrumento de classificação, apregoa uma competitividade negativa no processo educacional, que dicotomiza o sistema e seus protagonistas entre melhores e piores, e os selecionam, excluindo aqueles que não obtiveram sucesso. (VIANA, 2003)

Nesse sentido, o ENEM configura-se como instrumento para difundir uma cultura avaliativa de caráter competitiva e estratificadora. As modificações que ocorrem na educação pública, em que a gestão dos sistemas educacionais aplica os princípios e valores de mercado, não instiga a transformação em sociedade. A prática da avaliação, nesse contexto, é a probabilidade da reprodução e aumento das desigualdades educacionais e sociais. (SOUZA, OLIVEIRA, 2003)

CONCLUSÕES

O ENEM surge num contexto mundial de acreditação das avaliações, projetado com foco no aluno, com o principal objetivo de averiguar as competências exigidas para o pleno exercício da cidadania e seu desempenho ao concluir o ensino básico. Além disso, o exame propunha uma referência para o mesmo planejar seu futuro, além da prova servir como modalidade alternativa ou complementar às formas de ingresso aos cursos.

Esse exame passou por diversas transformações desde sua implantação e, atualmente, entre os objetivos aderidos ao exame, um dos mais marcantes é a divulgação dos resultados por escola, o que acarreta o ranking das instituições, vista como uma consequência da política de responsabilização (*accountability*).

A política de responsabilização é uma estratégia da política educacional para a distribuição de recursos, sob a forma de orçamento, com base em resultados de testes de rendimento e qualificação de produtos.

Porém, uma consequência dessa política é que, ao incentivarem a realização da comparação, classificação e seleção, incorporam a exclusão aos seus resultados, o que não garante à educação como direito de todos, aumentando assim, a desigualdade social.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação/INEP. Portaria Ministerial nº 438 de 28 de maio de 1998. Brasília:INEP, 1998.

_____. Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais ¾ INEP. Informativo do ENEM. Brasília, 2005, 32 p.

_____. Ministério da Educação/INEP. Portaria nº 110 de 04 de dezembro de 2002. Brasília:INEP, 2002.

_____. Ministério da Educação. Inep (Org.). A qualidade da educação: conceitos e definições. Brasília: Inep/mec, 2007. 65 p. Luiz Fernando Dourado (Coordenador), João Ferreira de Oliveira, Catarina de Almeida Santos.

_____. Congresso. Senado. Constituição (1996). Lei Federal nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional

BROOKE, Nigel. O futuro das políticas de responsabilização educacional no Brasil. Cad. Pesquisa., São Paulo, v.36, n.128, ago. 2006.

CASTRO, Maria Helena Guimarães de. Sistemas Nacionais de Avaliação e de Informações Educacionais. São Paulo em Perspectiva. vol.14 n.1 São Paulo Jan./Mar. 2000.

SOBRINHO, José Dias. Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior. São Paulo: Cortez, 2003.

SOUSA, S. M. Z. L. Possíveis impactos das políticas de avaliação no currículo escolar. Cadernos de Pesquisa, n. 119, p. 175-190, 2003.

SOUZA, Sandra Zákia Lian de; OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Políticas de avaliação da educação e quase mercado no Brasil. Educ. Soc. Campinas , v. 24, n. 84, p. 873-895, Sept. 2003

TRAVITZKI, Rodrigo. O ENEM enquanto indicador da qualidade da educação: Introdução. 2013. 320f. Tese (Doutorado) - - Curso de Pós-graduação em Educação, Departamento de Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, Sp, 2013.

VIANNA, H. M. Fundamentos de um Programa de Avaliação Educacional. In: Estudos em Avaliação Educacional. Fundação Carlos Chagas. n.28, p.23-37, jul\dez.2003

ZANCHET, Beatriz Maria Boéssio Atrib. O Exame Nacional do Ensino Médio - O ENEM: uma auto-avaliação para quem?. Avaliação (Campinas), Sorocaba, v. 08, n. 03, set. 2003.